

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ

Redactor principal—CARLOS JOSÉ DE SOUSA

Propriedade da Confederação Geral do Trabalho

Editor—Carlos Maria Coelho



FORÇA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores

ANO V—Número 1.605

Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 1924

PREÇO — 20 CENTAVOS

Redacção, Administração e Tipografia

Calçada do Combro, 38-A, 2.º Lisboa—PORTUGAL

TELEFONE—5399-G

Officinas de Impressão—Rua da Atalaia, 114 e 113

A Junta de Freguezia das Mercês, promove amanhã, na sede da Confederação Geral do Trabalho, uma sessão de protesto contra a carestia da vida.

ANTE A AMEAÇA DA DITADURA CARTA ABERTA AO MINISTRO DOS ESTRANGEIROS

a propósito da iniquidade revoltante que constitui a detenção em Sevilha dos operários Manuel da Silva Campos e Manuel Joaquim de Sousa :—

Os partidos burgueses recebem a simpatia que o povo tem pelos revolucionários sociais— Não prometemos o bacalhau a pataco mas também não servimos moagens nem financeiros. A simpatia popular pelos ideais avançados é simplesmente justa

Põem as mãos na cabeça, desorientados, os defensores dos partidos burgueses que, receosos da ditadura militar, chamaram o povo a manifestar-se publicamente. Põem as mãos na cabeça porque esse povo que eles julgavam eternamente papalvo, eternamente carneiro, ao erguer o seu protesto contra a ditadura militar que não tolera, não esqueceu e verberou os erros, a subserviência, a dependência desses partidos políticos dos exploradores, dos financeiros, das moagens que tem tripudiado, que tem arruinado um país inteiro. Pensavam os políticos republicanos—que amam o regabofe escandaloso do parlamentarismo—que o povo assustado com o perigo da ditadura defenderia sem restrições o Estado capitalista que o tem oprimido, a pândega dos Transportes Marítimos e os homens dos 50 milhões. Não, o povo sabe que a ditadura é um perigo para a sua liberdade, mas sabe também que a república constitucional é uma máquina de oprimir e de explorar os que trabalham.

Chamando o povo à revolta contra a ditadura, os partidos republicanos burgueses não esperavam que o espírito popular estivesse abertamente ao lado dos avançados.

Foi com espanto que ouviram a multidão erguer vivas vibrantes

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES sobre o comício de protesto contra a ditadura

Eu assisti também ao comício realizado, domingo, junto à estátua da Liberdade e... coincidência notável, era nos pés daquela figura serena e magestosa que sustém no braço esquerdo o símbolo da sua vitória, alcançada mais acima, ao fundo, na rotunda, com o sangue de um punhado de bravos, que após 14 anos de república se fazia um comício para assegurar a mesma liberdade porque nós, trabalhadores, temos pelezado tanto!

Dava alento aos oradores e a verve inflammatória destes, fluente, sugestiva fazia vibrar o coração do povo ingénuo e puritano como que na confiantíssima dum sonho iniciado nos tempos d'outros da academia vivia uma juventude de aspirações de elevada concepção, em cada esquina um facto luminoso traduzindo este lema encantador: Luz e Liberdade! Hoje não há nada disso. A academia passa uma vida afeminada, clorótica, enfiada; é estéril, impotente, está invertida. E o batismo rubro que recebia na Alta, em Coimbra, ou na Politécnica, em Lisboa, passou-o a receber na pia digna beira de Santa Cruz ou dos Mártires. Beija a salira do bispo ou a estola do abade eis o essencial! O resto é plebeísmo, fede a suor de pária e exala um cheiro rudo de canseira e produção. Deixemo-nos porém de divagações. Assisti ao comício como disse e ouvi a forma como foi recebido o dr. João Camoegas, Ovi e observei.

Foi grande a irreverência por parte da multidão. Foi intolerante? Mas foi justa talvez. Nem sempre a tolerância está com a justiça. Foi sobretudo uma acção. Rude lição, e prouvera que se servisse para remediar erros e podesse dizer-se que há males que vem por bem! O dr. João Camoegas é, sem dúvida, dentro do partido democrático um dos vultos de mais raro valor e mais modernas concepções.

Uma carta

Do dr. sr. João Camoegas recebemos a seguinte carta que nos apressamos a publicar:

Sr. redactor de «A Batalha»: Dizia-se ontem no seu jornal que os protestos contra mim erguidos por uma parte, aliás muito restrita, da assistência ao comício de domingo passado, me não visavam pessoalmente mas ao partido que tenho a honra de pertencer. Muito agradeço a transparente e amiga simpatia da interpretação.

Permita, porém, v. que mantenha uma opinião pessoal. A manifestação visou-me, pessoalmente. E os pontos operários que porventura a secundaram, serviram sem o saber e sem o querer um manjão político de adversários desleais e mal intencionados.

De resto, tantas vezes o operariado a mim tem recorrido sem reticência, sabendo-me militante do P. R. que seria, perfeitamente, absurdo e até injusto atribuir-lhe tamanha incompatibilidade comigo que fosse até à intolerância de me impedir uma exposição de ideias. Recordo para reforçar a minha convicção que mais de uma vez fui correntemente ouvido em assembleias operárias, mesmo em operariado de Lisboa, a fácil justiça de o não acreditar em delicto de duplicidade, achando-me ao mesmo tempo bom para o servir e mau para acamarrar com ele na defesa de aspirações comuns. Não, sr. redactor, não metamos o operariado na responsabilidade duma cidade política, desenvolvida por pessoas incapazes de se defrontar cara a cara, numa leal e líberima controvérsia.

Quero respeitar a orientação de «A Batalha» e, por isso, não oponho ao ataque que faz ao meu partido a defesa que ele merece e que fácil me seria produzir.

Se falasse em seu nome pessoal seria escutado, certamente. Todos tem na memória o seu notável projecto de reforma da instrução a que o proletariado aspira. Mas se isso é suficiente para impôr o seu valor e o seu trabalho como ministro da instrução, não basta porém, para esquecer que fez parte dum governo que manteve dezenas de operários sem culpa formada durante meses no mais desumano, no mais despótico, regime de cativo que foi São Julião da Barra.

E foi precisamente em nome do partido democrático que falou.

Desse que constituiu um governo chefiado por António Maria da Silva o pignem funambulist da política portuguesa, que perseguiu inexoravelmente os operários, Pigeu, sim. Dentro dum estado constitucional a melhor garantia de estabilidade governativa reside no equilíbrio imparcial, previdente e moderado que o governo deve manter entre todas as forças da nação. E essas forças são tanto mais eficazes quanto mais perfeita for a noção do princípio constitucionalista e a confiança do povo na representação nacional. Mas o parlamento que devia ser a melhor garantia dos direitos e liberdades públicas dentro do estado burguês, está completamente negado, quer da direita quer da esquerda. Nós também o combatemos. Mas não para o substituir pela ditadura, porque desejamos apenas uma sociedade livremente organizada, sob o sistema federalista em que o Estado e todos os seus órgãos se não oponham à marcha livre do indivíduo e do progresso social.

Não sei por consequência se é a ansia de domínio que provoca esta aspiração de ditadura se a obsessão de que a sociedade se deve manter sujeita a uma fórmula estática em que a expressão dinâmica do pensamento passaria a ser substituída pelo automatismo resultante da força bruta. Isso seria negar toda

seria, perfeitamente, absurdo e até injusto atribuir-lhe tamanha incompatibilidade comigo que fosse até à intolerância de me impedir uma exposição de ideias. Recordo para reforçar a minha convicção que mais de uma vez fui correntemente ouvido em assembleias operárias, mesmo em operariado de Lisboa, a fácil justiça de o não acreditar em delicto de duplicidade, achando-me ao mesmo tempo bom para o servir e mau para acamarrar com ele na defesa de aspirações comuns. Não, sr. redactor, não metamos o operariado na responsabilidade duma cidade política, desenvolvida por pessoas incapazes de se defrontar cara a cara, numa leal e líberima controvérsia.

Quero respeitar a orientação de «A Batalha» e, por isso, não oponho ao ataque que faz ao meu partido a defesa que ele merece e que fácil me seria produzir.

NO PORTO UM ESPECTACULO

de solidariedade, e uma conferência de Mario Domingues

A União dos Sindicatos Operários do Porto, incansável na sua obra de propaganda e de organização, promove para o próximo dia 27 no Teatro Nacional daquela cidade um espectáculo, cujo producto liquido se destina a cobrir as enormes despesas feitas com a greve dos heróicos mineiros de São Pedro da Cova— greve coroada de êxito mercê da solidariedade do povo trabalhador da capital do Norte.

Não dos intervalos desse espectáculo a convite da União dos Sindicatos Operários, realizará o nosso camarada Mário Domingues, uma conferência subordinada ao tema Solidariedade.

Há grande entusiasmo, entre o operariado portuense uma grande ansiedade por essa festa, cujo programa bem elaborado, será publicado por estes dias.

Confederação Geral do Trabalho e à Revolução Social. E em vez de meditar sobre a iniquidade dos seus actos: a atitude servil perante a alta finança, as perseguições aos elementos sindicalistas, anarquistas e comunistas, a protecção descarada aos afiliados políticos e incompetentes, a convivência miserável com todos os exploradores—poderosas causas da descrença popular—limitaram-se a ver nas manifestações maneios dos revolucionários sociais.

Ontem, muitos jornais, numa atitude alfitiva, atiravam as culpas do estado de revolta do povo para as costas da «Coligação republicana-social», e chamavam a atenção do governo para as manifestações subversivas.

Não há manifestações subversivas, não há conspirações revolucionárias, feitas à sombra da ameaça da ditadura: há um povo que está farto de aturar políticos viciados, comerciantes gananciosos, financeiros criminosos, lavradores ambiciosos, há um povo que sabe que só os sindicalistas e anarquistas, que não prometem o bacalhau a pataco, mas uma organização social directamente gerida pelo povo, não o atraem, não se ligam aos moageiros e estão dispostos a lutar desinteressadamente pela extinção de todas as iniquidades.

determinações, mas que sejam cumpridas no que for possível; 5.º Que esta Comissão ou Comité actue em estreita ligação com o Comité da Coligação das Esquerdas.

Sessão de protesto

A sessão de protesto contra a ditadura anunciada para hoje pela Secção da Juventude Sindicalista da Construção Civil, fica transferida para quando se anunciar, em virtude do Núcleo de Lisboa estar preparando uma acção mais consentânea.

Núcleo da Juventude Sindicalista do Porto

A Comissão Administrativa resolveu chamar a atenção da mocidade operária para o facto de os elementos reaccionários estarem preparando um golpe de Estado com o fim de eliminarem as poucas liberdades que, a custa de sangrentos sacrifícios, são disfrutados pelo povo trabalhador.

Mais resolveu realizar hoje, pelas 21 horas, na rua de Entre-paredes, 33, uma sessão pública de protesto em que usará da palavra Costa Carvalho e outros camaradas, sendo de esperar que o proletariado accorra a esta manifestação de vitalidade da organização juvenil.

Nota do Comité dos revolucionários sociais

O Comité dos revolucionários sociais, definitivamente constituído, tomou conhecimento na sua última reunião da organização de comités de acção dos revolucionários sociais, sem distinção de tendências e com representação de todos, no Barreiro, Setúbal, Coimbra e Porto, com a maior parte dos quais já está em comunicação.

O Comité dos revolucionários sociais lembra a conveniência de se criarem por todo o país Comités idênticos e de estes se entenderem com o Comité instituído em Lisboa, a fim de se coordenar a acção de resistência contra qualquer tentativa de regime de ditadura e contra todo o movimento de reacção tanto política como económica.

O Comité entendeu-se já com vários organismos, tendo ficado com a convicção de que haverá uma completa coordenação e unidade na resistência a opressões e manejos dos conservadores. Espera que a acção do mesmo Comité virá assim a generalizar-se a todo o país, abrangendo todos os revolucionários sociais. — O Comité dos revolucionários sociais.

Corticeiros de Evora

Reunidos em assembleia geral protestam contra os maneios da reacção e do militarismo para estabelecerem a ditadura, resolvendo apoiar a C. G. T. na acção que empreque no sentido de evitar o pretendido estrangulamento de todas as liberdades.

Protestos

PORTO, 17.—A Associação Vidreira do Porto, reunida em assembleia geral, protesta energeticamente contra a projectada ditadura.—Presidente, Antonio de Oliveira.

Federação dos Empregados no Comércio

Nota officiosa da Junta Sul A Junta Sul desta Federação cumpre participar a todos os empregados do comércio do país, que acaba de receber da Associação de Classe dos Caixaeiros de Lisboa um officio, onde informa que recebeu de Eduardo Relvas, antigo militante e componente do conselho geral, uma carta do seguinte teor: Ex.ªs Srs.: Tendo deixado de pertencer à classe que dirigis, peço me eliminem de sócio dessa colectividade. — Lisboa, 1.º de Fevereiro de 1924. — (a) Eduardo Relvas, syndicado n.º 38.

Amanhã realisa-se uma sessão na sede da C. G. T.

Na sede da C. G. T., Calçada do Combro, 38-A, 2.º realisa-se amanhã pelas 21 horas, uma sessão de propaganda contra a carestia da vida. Por parte da junta de freguezia das Mercês usará da palavra os srs. Bartolomeu Severino e Dário Novoa. Foram convidados a falarem nesta sessão, os srs. d. João Camoegas, Torres Garcia e Júlio Gonçalves, o sr. Joaquim Domingues, e os conhecidos militantes da classe operária, srs. José Jesus Gabriel, Júlio Luis, Mário Domingues e Santos Aaraanha.

Senhor ministro: Pela pasta dos negócios Estrangeiros, que v. ex.ª dirige, está correndo um assunto sério, de maior gravidade, ao qual não tem sido dispensada aquela meticulosa atenção que eu considero obrigatória para os legítimos interesses de todos os portugueses. Por parte de autoridades hespanholas, com a negligência, das guas portuguesas, está a cometer-se uma iniquidade tremenda, uma injustiça revoltante e tudo isto exteriorizando uma falta de respeito pelas liberdades pessoais que é, ao mesmo tempo, uma tropelice ridícula para o tal bom nome português que eu tantas vezes tenho ouvido invocar a propósito de futilidades.

Traza-se da liberdade de dois homens de bem, sem culpas e sem castigo, que, por um grosseiro equívoco, estão a ferros do rei de Espanha, há dois meses, sem que as autoridades hespanholas e portuguesas, apesar, de terem perfeito conhecimento do facto, se resolvam a proceder como lhes cumpre.

Um atentado contra a liberdade de dois homens inocentes, o prendê-los e atirá-los para uma enxovia, é para autoridades a coisa mais natural de mundo. Bastaria—senhor ministro dos Estrangeiros—que estes homens aparecessem isentos de qualquer culpa ou delito para que fosse qual fosse a sua política, logo que se reconhecesse o equívoco, as repartições competentes tivessem feito expedir instruções telegráficas fazendo-se assim cessar imediatamente, esse violento incómodo e ridículo ultraje a dois homens que, perdidos em terra do seu país!

Eu já disse que bastaria o facto de estarem inocentes, para dever ceder às autoridades portuguesas a sua imediata intervenção. Mas além dessa suprema razão, outros motivos ainda existem a impôr tal procedimento: é que esses dois homens são militantes operários dos mais categorizados; um, Manuel Joaquim de Sousa, foi secretário da Confederação Geral do Trabalho e occupa situação de destaque na organização operária de Portugal; outro, Manuel da Silva Campos, é actual-

mente o secretário geral da Confederação Geral do Trabalho, organismo que tem de facto, muito mais força que qualquer partido político, e que representa alguns milhares de operários portugueses. Parece-me que no seu próprio interesse, por uma questão de rendimento intelectual, os governos da república deveriam lembrar a quem presta o tanto tempo em coturnadas com elementos reaccionários—em prestar a esses elementos a consideração que, além de justa, lhes é devida, porque representam uma importante corrente de opinião social e uma força que nintém, e muito menos qualquer governo, tem o direito de ignorar.

A atitude para com esses homens, no campo da justiça, da inteligência e até mesmo da política, tem sido tam mesquinha que, por um princípio de elegância cortezã, me abstenho de a classificar. E' deplorável como tal se pratica e como o governo—que deve ser igual para todos—consente que autoridades hespanholas nos continuem vendo.

Há dois meses que esses dois homens, no uso dum direito, foram a Espanha tratar de interesses operários dos dois países (não confundir com interesses revolucionários), mas sem o menor mistério, sem qualquer reboço, sem qualquer indício que justificasse suspeição.

Chegados a Sevilha—mal empregada tam linda terra com bulos e espiões!—a policia de Rivera, ferejando o plot peninsular, prendeu-os e conservou-os incomunicáveis supondo deger assim—coitadão!—uma revolução engendrada na sua fantasia.

Passaram dias, começaram os protestos, e após laboriosa investigação, são os próprios argus hespanhóis que veem declarar que nada apuraram contra os portugueses Manuel Joaquim de Sousa e Manuel da Silva Campos.

Parece, em face disto, que os deveriam ter posto imediatamente em liberdade. Mas não; primeiro mandaram saber se o governo português queria alguma coisa contra os terríveis conspi-

rades que, entretanto, continuavam a ferros... d'El-Rei...

Recebia a comunicação em Portugal, parece que as autoridades competentes após as vagarosas informações da praxe, também mandaram dizer para Espanha que nada havia contra os presos e que nada destes queriam.

Ora até aqui ainda o desgraçado equívoco se compreende em regimes que precisam de viver em plena violência e fora da lei para se agüentarem. Mas depois das autoridades hespanholas e portuguesas terem declarado «que nada se havia apurado contra os presos e nada contra estes queriam», como se compreende que passem dias, semanas, meses e eles continuem na prisão?...

Eu protesto—senhor ministro dos Estrangeiros—eu protesto e solicito a atenção de V. Ex.ª para tam inexplicável facto que, sendo uma injustiça e um vexame, é um ataque a um organismo que representa algumas centenas de milhares de portugueses!

Podem vir dizer «que o governo português já deu instruções, que não descurou o caso; que o tratou pelas devidas vias...» A verdade, porém, é que o secretário da Confederação Geral do Trabalho e o seu camarada estão presos há dois meses em Sevilha, sem a menor nota de culpa—este é que é o facto.

Quando ao sr. Melo Barreto, representante de Portugal em Espanha, sabemos que dá festas na legação para malhar o peito de oficiais hespanhóis, muito mais deslumbrado e reduzido por estas pompas doiradas do que pelo cuidado de se lembrar de dois honrados compatriotas injustamente metidos numa prisão estrangeira.

Senhor ministro: Esta carta, além dum protesto: contra tal arbitrariedade, e contra a forma como ainda em Portugal se tratam representantes de tam importante corrente social, é ao mesmo tempo, uma solicitação ao seu espirito recto, uma solicitação à sua inteligência. Porque eu, que conheço as opiniões de V. Ex.ª, acerca de justiça e de Liberdade, não posso acreditar que, com o seu conhecimento, se esteja a praticar tam revoltante iniquidade.

Júlio Quintinha

26.000 contos!

O governo, num raro gesto de energia vai obrigar a Companhia dos Tabacos a pagar o que roubou ao Estado

O parlamento aprovou o gesto do governo

O ministro das Finanças, sr. Alvaro de Castro apresentou ontem no parlamento o seguinte e bastante elucido documento que aprovou e será hoje publicado no Diário do Governo:

«Considerando que do exame a que procedeu o sr. director geral da Contabilidade Pública determinado por despacho de 31 de Dezembro de 1923 se verifica que ao Estado não foram entregues pela Companhia dos Tabacos de Portugal quantias a que o Estado legitimamente tem direito;

Considerando que pela participação do termo de 27 de Junho de 1918 o Estado devia ter recebido 23.165.365\$56;

Considerando que legalmente têm sido deduzidas na renda fixa quantias que no total somam 2.291.663\$96;

Considerando que na partilha de lucros foi também deduzida, sem justificação aceitável, a quantia de 209.927\$39;

Considerando que assim, a Companhia dos Tabacos de Portugal detém em seu poder a quantia total de 25.659.956\$91 que deveria ter sido entregue ao Estado;

Determino que a Companhia dos Tabacos de Portugal seja notificada a entrar imediatamente aos cofres do Estado com a quantia total acima mencionada.

Enviei cópia deste relatório e despacho à Imprensa Nacional para com a maior urgência ser publicado no Diário do Governo.

Cumpra-se o meu despacho de 31 de Dezembro referente ao envio do processo à Procuradoria Geral da República para que esta se digno emitir o seu parecer sobre os procedimentos judiciais que os factos apontados no relatório determinem.

Proceda-se, imediatamente a um rigoroso inquérito aos serviços do Commissariado Geral dos Tabacos, sendo designado para o cargo de Comissariado Geral com a data de vencimento de exercicio até completo apuramento de responsabilidades.

O Director Geral da Contabilidade Pública substituirá temporariamente o Comissariado Geral, sem direito a remuneração alguma.

Ministério das Finanças, 19 de Fevereiro de 1924.—O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças.

Escolas Primárias Superiores

«Mas é necessário ter muitos liceus, com muita gente, alardear muita instrução! E no final, quanto mais se estuda, menos se sabe».

R. LARANJEIRA

Assim tem sido. Criaram-se liceus para os ricos, e como eles agora são tantos quantos os exploradores que arruinam as classes que produzem, embora a instrução para eles seja pouco necessária, sempre gostam de meter figura, e por isso mandam os filhos frequentá-los.

E talvez para iludir os ingénuos, criam-se «as bolsas de estudos» destinadas aos alunos pobres. Mas, para que «estejam sempre fechadas», estabelece-se a condição de que é preciso que eles, para terem direito a esse mesquinho subsidio, sejam aprovados com distincção nos exames dos cursos que seguem...

Quais são os alunos pobres, embora distintos na sua maioria, que ficam distintos em exames?...

Só algum portento que, desde o inicio do seu curso, demonstre que «sabe mais do que os mestres».

E destes, embora os mestres saibam pouco, não há muitos.

Mas deixemos estas considerações para occasia mais oportuna, e reate-mos.

Os governantes da República, na sua maioria, tem sido crúeis com a instrução popular.

Esse grande número de disposições legais «piramidalmente espectaculosas e bombásticas», que dia a dia vem sendo publicadas desde a implantação do novo regime, não tem feito mais do que desorganizar por completo a Escola Popular.

Não diremos que tenha havido propósito, ou se tenha desejado essa confusão em que se debate o ensino primário.

Mas infelizmente ela existe. E os factos são o que são, e não aquilo que se deseja que eles fossem.

Percorrendo rapidamente a trajetória por onde tem andado os transtornos dos destinos da instrução popular, observa-se sem esforço que, os homens da República, com raras excepções como já dissemos, a quem tem sido confiado o governo da Nação, tem sempre chamado especialissima atenção para a instrução dos ricos, descurando por completo a educação e instrução da classe proletária.

O grande estadista Rodrigues Sampaio, que seria um verdadeiro e apaixonado democrático, se visse como muitos no tempo da república primária mostrou bem o cuidado que lhe merecia a instrução do povo e o carinho com que ela devia de ser ministrada a todas as crianças.

escola elementar, rigidos os dois cursos por um unico professor.

Aqui erro o estadista. Para um professor só era carga de manobra...

Foi esta uma das causas porque essas escolas, ou antes esses cursos, pouco puderam produzir.

Além disso as escolas estavam como as de agora, completamente desprovidas de todos os elementos destinados ao auxilio do ensino.

Vem a seguir o João Franco, e em vez de as aperfeiçoar, separando os dois cursos, aumentando o número de tempos lectivos diários, passando de dois para cinco e nomeando mais um professor para se distribuir por ambos o grande número de disciplinas que constituam os extensos programas, extinguiu as que havia fora das sedes dos distritos, convertendo estas em centrais com cinco professores cada uma...

E para fingir que tinha grande amor à instrução, tirando essas escolas onde elas eram mais precisas, criou nas escolas distritais cursos de habilitação para o magistério primário...

Aparece depois o «grande palaciano» Hintze Ribeiro, e extinguindo nelas o curso complementar, transforma-as... em «escolas de habilitação para o magistério»...

Para que seriam tantos professores? perguntamos uma vez a um politico muito intimo desse estadista.

Pois se há tam poucas e miseráveis escolas, para que serão os professores?!

A resposta foi engraçada, atendendo a que esse grande amigo, a cuja memória dedicamos a maior veneração, conhecia bem de perto as nossas ideias accentuadamente democraticas, e tam puras que nunca votamos na monarchia. Batendo-nos com a mão no ombro e sorrindo:

«Como a república está prestes a chegar, os seus correligionários criam muitas e admiráveis escolas, aperfeiçoando as existentes, e colocam todos os professores. Sempre é bom deixá-los já prontos...»

D. M. C.

As perseguições da policia Alvaro Damas, que ontem foi chamado a secretaria do Lameiro, onde se encontra preso, para ser interrogado pelo agente Justino, da 2.ª secção, enviou-nos uma carta de que transcrevemos o seguinte trecho:

«Fui interrogado pelos agentes que mentrosamente me accusam de, após o espantoso 7 do governo civil, ter declarado que «às feras que me haviam espancado devia acontecer o mesmo que ao agente Araújo».

Ora isto foi uma tremenda farsa mudo, por o caso passou-se por forma muito diversa, mas sendo eu a vítima, quero a todo o custo apresentar-me como reu».

Sociedade de Estudos Pedagógicos.—Reúne hoje, pelas 21 horas precisas, a assembleia geral, sendo a ordem da noite: Comunicações livres. —Discussão da reforma de estudos.